



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO II DO ATO TST.SEAUD.GP Nº 327, DE 30/11/2021

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO - PAC
EXERCÍCIO 2022





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Necessidades de Capacitação.

A Resolução CNJ nº 309/2020, nos arts. 69 a 72, e o Ato SEAUD nº 317/2020, no art. 8º, preveem a apresentação do Plano Anual de Capacitação de Auditoria, após a aprovação do PAA pela Presidência do Tribunal. Conforme alteração introduzida pelo art. 3º da Resolução CNJ nº 422/2021, é recomendável que esse plano contemple, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada servidor lotado na unidade, observada a disponibilidade orçamentária do órgão.

Nesse sentido, estimou-se o mínimo de 8 dias úteis de treinamento por servidor desta Secretaria, considerando as 7 horas diárias da jornada de trabalho, totalizando assim 56 horas de capacitação para cada servidor, em atendimento ao que preconiza o art. 72 da Resolução CNJ nº 309/2020.

Para a elaboração do Plano de Capacitação, foram considerados os temas ou processos auditáveis previstos no PAA 2022 e os conhecimentos específicos necessários para a execução dos trabalhos, além do mapeamento das competências técnicas e gerenciais da SEAUD acompanhados nos ciclos do Programa de Gestão de Competências do Tribunal.

Diante dessas informações, apresenta-se, na tabela abaixo, a necessidade de capacitação dos servidores da SEAUD para a execução do PAA 2022.

Tabela 1 – Conhecimentos específicos e necessidade de capacitação para a execução dos trabalhos de auditoria de 2022.

Nº	Tema ou Área Auditável	Conhecimentos Específicos	Necessidade de Capacitação	Capacitação Prioritária em 2023
1	Transparência da Prestação de Contas de Forma Contínua	Lei Complementar nº 101/2000 – LRF; Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação; Lei nº 8.112/1990 e legislação correlata; Lei nº 8.666/1993, Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata; Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais; Instrução Normativa TCU 84/2020; e Decisões Normativas do TCU.	Não	Não
2	Prestação de Contas Anual	Lei Complementar nº 101/2000; Lei nº 4320/1964; Instrução Normativa TCU 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 8ª Edição; Siafi Operacional, Web e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público; e Excel Avançado.	Contabilidade Pública – NBCASP e MCASP	Sim
3	Prestação de Contas Anual	Lei Complementar nº 101/2000; Lei nº 4320/1964; Instrução Normativa TCU 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 8ª Edição; Siafi Operacional, Web e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público; e Excel Avançado.	Análise das contas e demonstrativos contábeis	Não
4	Prestação de Contas Anual	Lei Complementar nº 101/2000; Lei nº 4320/1964; Instrução Normativa TCU 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP;	Tesouro Gerencial	Sim



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Nº	Tema ou Área Auditável	Conhecimentos Específicos	Necessidade de Capacitação	Capacitação Prioritária em 2023
		Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 8ª Edição; Siafi Operacional, Web e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público; e Excel Avançado.		
5	Prestação de Contas Anual	Lei Complementar nº 101/2000; Lei nº 4320/1964; Instrução Normativa TCU 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 8ª Edição; Siafi Operacional, Web e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público; e Excel Avançado.	Siafi – Operacional e Web	Não
6	Prestação de Contas Anual	Lei Complementar nº 101/2000; Lei nº 4320/1964; Instrução Normativa TCU 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 8ª Edição; Siafi Operacional, Web e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público; e Excel Avançado.	Elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento	Não
7	Prestação de Contas Anual	Lei Complementar nº 101/2000; Lei nº 4320/1964; Instrução Normativa TCU 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 8ª Edição; Siafi Operacional, Web e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público; e Excel Avançado.	Administração Financeira e Orçamentária	Não
8	Prestação de Contas Anual	Lei Complementar nº 101/2000; Lei nº 4320/1964; Instrução Normativa TCU 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 8ª Edição; Siafi Operacional, Web e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público; e Excel Avançado.	Excel Avançado	Sim
9	Política de Gestão de Riscos	Gestão de Riscos	Não	Não
10	Gestão da Funpresp-Jud	Lei Complementar nº 109/2001; Lei nº 12.618/2012; Portaria MPS PREVIC 559/2013; e Resolução STF nº 496/2012.	Não	Não
11	Contabilização dos Recursos Próprios do Programa de Assistência à Saúde -	Normas Brasileiras de Contabilidade; Resolução CFC nº 1.374/2011; e Ato do Conselho Deliberativo do TST-Saúde nº 12/2009.	Não	Não



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Nº	Tema ou Área Auditável	Conhecimentos Específicos	Necessidade de Capacitação	Capacitação Prioritária em 2023
	TST-Saúde			
12	Variações no Subsídio, Vencimento, GAJ, Provento e Pensão na Folha de Pagamento do TST	Lei nº 8.112/1990; Lei nº 11.416/2006; Lei nº 13.317/2016; Lei nº 13.752/2018; e legislações correlatas ao pagamento de pessoal.	Não	Não
13	Folha de Pagamento – Vantagens Permanentes	Lei nº 8.112/1990; Lei nº 11.416/2006; Lei nº 13.317/2016; Lei nº 13.752/2018; e legislações correlatas ao pagamento de pessoal. Sistema SIGEP, módulo Folha Web	Funcionamento e modelo de dados do novo Sistema Folha Web	Sim
14	Atos de Pessoal Sujeitos a Registro no TCU	Regras constitucionais e legais relativas a aposentadoria e pensão; Lei nº 8.112/90; Legislação sobre vantagens remuneratórias de magistrados e servidores; e Direito Previdenciário.	Direito Previdenciário	Não
15	Atos de Pessoal Sujeitos a Registro no TCU	Regras constitucionais e legais relativas a aposentadoria e pensão; Lei nº 8.112/90; Legislação sobre vantagens remuneratórias de magistrados e servidores; e Direito Previdenciário.	Atualização em Legislação e Prática de Pessoal	Sim
16	Acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal, estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000	Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); Siafi gerencial e operacional; e contabilidade aplicada ao setor público.	Contabilidade Pública – MDF e MCASP	Não
17	Acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal, estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000	Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); Siafi gerencial e operacional; e contabilidade aplicada ao setor público.	Tesouro Gerencial	Sim
18	Acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal, estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000	Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); Siafi gerencial e operacional; e contabilidade aplicada ao setor público.	Siafi – Operacional e Web	Não
19	Diligências do Tribunal de Contas da União	Legislação de Pessoal; Lei nº 8.666/93; Lei nº 14.133/2021; e Ferramentas informatizadas para emissão de relatórios.	Sistema BO	Não
20	Gestão de Segurança da Informação	ISO/IEC 27001; ISO/IEC 27002; ISO/IEC 27005; Manual TCU de Boas Práticas em Segurança da Informação.	Segurança da Informação com ênfase em Auditoria Interna (ISO 27001:2013)	Sim
21	Gestão de Segurança da Informação	ISO/IEC 27001; ISO/IEC 27002; ISO/IEC 27005; Manual TCU de Boas Práticas em Segurança da Informação.	Continuidade de Negócios com ênfase em Auditoria Interna (ISO 22301:2019)	Não
22	Gestão de Segurança da Informação	ISO/IEC 27001; ISO/IEC 27002; ISO/IEC 27005; Manual TCU de Boas Práticas em Segurança da Informação.	Cobit 2019	Não



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Nº	Tema ou Área Auditável	Conhecimentos Específicos	Necessidade de Capacitação	Capacitação Prioritária em 2023
23	Gestão de Segurança da Informação	ISO/IEC 27001; ISO/IEC 27002; ISO/IEC 27005; Manual TCU de Boas Práticas em Segurança da Informação.	ITIL Foundation v4	Não
24	Gestão de Segurança da Informação	ISO/IEC 27001; ISO/IEC 27002; ISO/IEC 27005; Manual TCU de Boas Práticas em Segurança da Informação.	LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados	Não
25	Gestão de Projetos de TIC	PMBOK 6 (Project Management Body of Knowledge); ABNT NBR 16277:2017.	Gestão de Projetos	Não
26	Gestão de Projetos de TIC	PMBOK 6 (Project Management Body of Knowledge); ABNT NBR 16277:2017.	Gestão de Riscos	Sim
27	Gestão de Projetos de TIC	PMBOK 6 (Project Management Body of Knowledge); ABNT NBR 16277:2017.	Gestão de metas e resultados com OKR	Não
28	Contratação de Fábrica de Software	Resolução CNJ nº 182/2013; Ato TST.GP nº 116/2019; IN ME nº 1/2019; e Acórdãos TCU.	Planejamento e Gestão de Contratação de Solução de TIC à luz da Resolução CNJ nº 182.	Sim
29	Gestão de Riscos das Contratações	Resolução CNJ nº 347/2020; Lei nº 14.133/2021; e Ato TST nº 390/2020.	Gestão de Riscos	Sim
30	Gestão de Riscos das Contratações	Resolução CNJ nº 347/2020; Lei nº 14.133/2021; e Ato TST nº 390/2020.	Auditoria baseada em riscos	Não
31	Gestão de Riscos das Contratações	Resolução CNJ nº 347/2020; Lei nº 14.133/2021; e Ato TST nº 390/2020.	Licitações e Contratos	Não
32	Plano Anual de Contratações	Resolução CNJ nº 347/2020; Lei nº 14.133/2021; e Ato TST nº 390/2020.	Nova lei de licitações e contratações públicas.	Sim
33	Consultoria Demandada pela Administração do TST	Legislações de pessoal, de contratações públicas, aplicadas à TI e a gestão patrimonial; e Normas sobre governança e gestão de riscos.	Será identificada de acordo com o trabalho de consultoria demandado.	Não
34	Ação Coordenada de Auditoria de Conformidade da Plataforma Digital do Poder Judiciário	Resolução CNJ nº 335/2020, Portarias nºs 252/2020, 253/2020 e 131/2021 e legislações correlatas.	Plataforma Digital do Poder Judiciário.	Sim
35	Desenvolvimento da Capacidade de Auditoria Interna da SEAUD	Normas de Auditoria; Modelo IA-CM.	Normas e Orientações – Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF).	Não

Destaca-se que, regularmente, o TST oferece aos seus servidores ações e cursos de capacitação que contemplam atualização em direito constitucional, direito administrativo, língua



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

portuguesa, redação e ferramentas de informática, que acabam por compor a capacitação dos servidores da SEAUD.

Ainda, diante da limitação dos gastos públicos de que trata a Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016, o TST tem buscado soluções para manter o desenvolvimento de seus servidores, tais como parcerias com outros órgãos para realização de cursos a baixo custo ou sem ônus. Ademais, o CNJ e o TCU, este por meio do seu Instituto Serzedello Corrêa, têm oferecido ações de capacitação direcionadas aos servidores da área de auditoria interna, sem ônus para o Tribunal.

Ressalta-se que a necessidade de capacitação identificada é considerada prioritária para o desempenho das atribuições dos servidores da SEAUD e visam o desenvolvimento das áreas de auditoria interna em alinhamento com as boas práticas atualmente adotadas e a integração entre os órgãos.

Ademais, devido ao ingresso de novos servidores nesta Secretaria e à atualização frequente de normas, é necessário manter cursos para formação básica de auditores, conforme art. 69, § 2º, da Resolução CNJ nº 309/2020. São cursos de Auditoria Governamental; Normas Internacionais de Auditoria; Auditoria Baseada em Risco; Governança Pública; Gestão de Riscos. Da mesma forma, a participação de auditores em fórum de debates, a exemplo do Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário, do Fórum Nacional de Controle promovido pelo TCU ou do Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições, ampliam a visão estratégica e internalizam boas práticas existentes em outros órgãos da Administração Pública.

Outras formações possuem particularidades específicas. No tocante à auditoria de TIC, há necessidade de capacitação em Auditoria de Tecnologia da Informação e de participação em conferências sobre boas práticas e temas relevantes para a estratégia de TIC do TST, como o *Gartner IT Infrastructure, Operations and Cloud Strategies Conference*; *Gartner Data & Analytics Summit*; e *Gartner Symposium ITXPO*.